ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

O objeto do presente termo de referência é a **Contratação de empresa para fornecimento de energia elétrica para a Câmara Municipal do município de Cruzeiro do Iguaçu, estado do Paraná.**

1.1. A contratada efetuará a entrega interrupta de energia elétrica ao prédio situado na Avenida 13 de Maio, 706, Centro, Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Registro de Preços:

() SIM (X) NÃO

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

2.1. Da Descrição Detalhada

Para o item licitado, foi utilizado o descritivo do CNAE, códigos de atividades econômicas na CNAE.

Item	CNAE	Descrição	Valor Estimado Mensal	Meses	Valor Total
1	3514-0/00 Distribuição de energia elétrica	Prestação de serviços contínuos de fornecimento de energia elétrica.	R\$ 600,00	60	R\$ 36.000,00

2.2. Natureza do objeto:

Comum (X) Especial ()

3. DE JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Necessidade de Contratação

A contratação justifica-se devido à necessidade de continuar o fornecimento energia elétrica para o funcionamento das instalações e dos equipamentos da Câmara Municipal do município de Cruzeiro do Iguaçu, estado do Paraná, além da necessidade da uniformização dos procedimentos que visam à contratação da empresa de fornecimento de energia elétrica,

tendo em vista a essencialidade da energia elétrica para o desenvolvimento dos serviços com vistas ao atendimento do interesse público.

3.2. Especificações Técnicas

A aquisição dos serviços será de acordo com a demanda e necessidade do Poder Legislativo Municipal, contemplando os seguintes procedimentos:

A empresa deverá fornecer energia elétrica de forma contínua e com qualidade;

Possuir profissionais qualificados para prestação de serviços;

Prestar pronto atendimento em caso de interrupção de energia;

Atender integralmente as legislações correspondentes a área ambiental, pertinentes ao objeto contratado.

3.3. Quantitativo

A quantidade estimada pelo DFD (Documento de formalização de Demanda), é para o serviço contínuo de 60 (sessenta meses).

4. DISPENSA DE ESTUDOS PRELIMINARES

4.1. Tendo em vista que a solução para atender à necessidade dessa contratação já é previamente conhecida e que o valor da contratação ora proposta é de R\$ 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais) quantia que se enquadra nos limites do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, fica dispensada a elaboração de Estudos Preliminares com fundamento no art. 14 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, bem como na Resolução nº 001/2024 do Poder Legislativo Municipal, a qual regulamenta a aplicação da Lei 14.133/2021.

5. REQUISITANTE

5.1. Contador da Câmara Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – PR.

6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

6.1. Enquadramento Dispositivo Legal

Segundo a Lei nº 14.133 de 2021 (NLLC), que passa a estabelecer as normas gerais de licitação e contratações públicas. É sabido que, em regra, toda contratação pública deve ser precedida de processo licitatório. Essa exigência deriva de diversos princípios constitucionais que informam a atuação da Administração Pública, dentre os quais destacam-se os princípios da impessoalidade, da moralidade e da eficiência.

Nesse sentido, a Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu, em seus arts. 72 a 75, as hipóteses de exceção à realização prévia de processo licitatório para a contratação pelo poder

público, quais sejam: a inexigibilidade de licitação e a dispensa de licitação. Os institutos aparecem, respectivamente, nos arts. 74 e 75 da referida Lei.

O enquadramento legal desta contratação consta no **art. 74, inciso I, da Lei 14.133**, de 2021, uma vez que corresponde à hipótese de exclusividade no fornecimento de energia elétrica na base territorial do estado do Paraná em virtude da figura do fornecedor exclusivo, restando, assim, inviável a competição, que é pressuposto lógico do procedimento licitatório.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, **empresa ou representante comercial exclusivos**.

A inexigibilidade de licitação decorre da impossibilidade fática, lógica ou jurídica de competição, conforme lição da professora Maria Sylvia Zanella di Pietro, em seu Direito Administrativo. - 22. ed. – São Paulo: Atlas, 2009, p. 365:

“Nos casos de inexigibilidade, não há possibilidade de competição, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração; a licitação é, portanto, inviável”.

Deste modo, torna-se necessária e justificasse a contratação dos serviços da **Copel Distribuição S/A** através da contratação direta, visto que é a única empresa na cidade de Cruzeiro do Iguaçu-PR que atende aos serviços de fornecimento de Energia Elétrica, objetivando manter o pleno abastecimento e funcionamento do Poder Legislativo, através de Inexigibilidade de Licitação, uma vez que a empresa foi criada pelo Decreto Estadual nº. 14.947, de 26 de outubro de 1954, destacando-se como a maior empresa do Estado do Paraná, constituída como sociedade de economia mista por ações de capital aberto, destinada, dentre outros fins, a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, a transformação, o transporte, o armazenamento, a distribuição e o comércio de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, de combustíveis e de matérias-primas energéticas.

7. CONDIÇÕES ESPECIAIS DE CONTRATAÇÃO E HABILITAÇÃO

7.1. Condições Especiais De Habilitação (habilitação técnica e qualificação econômico-financeira)

Não há condições especiais de habilitação, pois a COPEL é única empresa na cidade de Cruzeiro do Iguaçu-PR que atende aos serviços de fornecimento de Energia Elétrica.

3514-0/00 Distribuição de energia elétrica

8. MODO E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A empresa deverá fornecer energia elétrica de forma contínua e com qualidade.

8.2. A execução do objeto obedecerá:

8.2.1. **Início da execução:** Imediata após publicação inexigibilidade e contrato.

8.3. Será permitida a Subcontratação:

() Sim (X) Não

8.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, e diariamente, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, quando da verificação de inconsistências na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. Obrigações Da Contratante

8.8.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.8.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.8.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.8.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.8.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.8.6. a administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.9. Obrigações Da Contratada

8.9.1. a Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.9.2. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações no prazo e no local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

- 8.9.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.9.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.9.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.9.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.9.7. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 9.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei 14.133/2021.
- 9.2.** A verificação da adequação da prestação deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 9.3.** O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme § 1º do art. 117 da Lei 14.133/2021.
- 9.4.** A Contratada deverá manter preposto aceito pela Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118 da Lei 14.133.
- 9.5.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.6.** Fica designada a servidora **Jocineia Toldo** matrícula n.º 6106-01, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 92079821, inscrita no CPF sob o n.º 069.094.579-51, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.7.** Fica designada, como fiscal substituta a servidora **Marinalva Araujo**, matrícula nº 611402 portadora da Cédula de Identidade RG nº13.438.242-2 e inscrita no CPF sob o n.º 102.925.419-29 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7 da Lei federal nº 14.133/2021.
- 9.8.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade

inferior, Na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

10.1. O presente objeto se enquadra como serviço/fornecimento contínuo?

(X) SIM () NÃO

10.2. O prazo de vigência será de 60(sessenta) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual, observados os devidos créditos orçamentários, nos termos dos arts. 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 107 da referida norma.

11. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E RESPONSÁVEL:

11.1. Os valores estimados foram estipulados levando em consideração os preços praticados no mercado, gasto média mensal dos últimos doze meses, sendo que o servidor responsável foi o Sr. **Marcos Roberto Zaffari**, Rg n.º 71714420, inscrito no CPF n.º 035.562.229-73.

11.2. A razão da contratação se fundamenta na exclusividade da solução, por ser a fornecedora a única distribuidora de energia em todo Paraná.

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento, decorrente da prestação de serviço objeto desta licitação, será efetuado em parcela Mensal, mediante fatura, na data de vencimento do boleto.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

01 - Câmara Municipal de Vereadores

01. 001 -Legislativo Municipal

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica

14. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

14.1. Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Elaborado em: 12 de Junho de 2024

Aprovado em: ____ / ____ / 2024.

Marcos Roberto Zaffari
Agente de Contratação

Volney Rufatto
Presidente